

Como avaliar os

IMPACTOS

de políticas estaduais de

COMBATE AO

DESMATAMENTO

por meio da

PERCEPÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS:

Lições aprendidas com o monitoramento participativo do Sub Programa Territórios Indígenas do Programa REDD for Early Movers (REM) do estado de Mato Grosso

REALIZAÇÃO



EQUIPE TÉCNICA

Eduardo Barnes

Coordenador de Povos Indígenas e Comunidades Locais do Cerrado

Luana Fowler

Especialista em Conservação junto aos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Raial Orutu Puri

Especialista em Monitoramento e Gênero

Clícia Julie Barata

Técnica em ciências II - especialista em GIS

Giovana Ferezin Curan

Especialista em Finanças - Recursos Públicos

Daniel da Silva

Assistente de Projetos - Estratégia de Povos Indígenas e Comunidades Locais

Josiane Sene

Especialista em Contratos

Programa REM - REDD for Early Movers no estado de Mato Grosso

Lígia Nara Vendramin

Coordenadora do Programa REM/MT

SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS:

Marcos Antonio Camargo Ferreira

Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas

Paula Vanucci

Profissional Sênior - Subprograma Territórios Indígenas

Magaly Medeiros

Consultora Nacional GOPA - Subprogramas Territórios Indígenas

DIREÇÃO EXECUTIVA DA TNC

Francisca Tondreau

Diretora Executiva Interina

Rodrigo Spuri

Diretor de Conservação

Helcio Sousa

Líder da Estratégia de Povos Indígenas e Comunidades Locais

Julia Manguiera

Diretora para Cerrado / Araguaia

Milena Ribeiro

Diretora Interina de Ciências

Ruth Castro

Advogada Sênior para América Latina

GOVERNANÇA DO SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), Takiná, 07 Regionais Indígenas de MT, Coordenação Geral REM/MT, Subprograma Territórios Indígenas, FUNAI, GIZ, Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+, Funbio, IBAMA, Superintendência de Assuntos Indígenas e DSEI Cuiabá.

Todo o processo de condução deste projeto e documentos elaborados foram submetidos à apreciação da Governança do Subprograma Territórios Indígenas.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
ESTRUTURAÇÃO DO MONITORAMENTO PARTICIPATIVO.....	6
• MATRIZ DE INDICADORES E FORMULÁRIOS.....	10
• SELEÇÃO DOS MONITORES INDÍGENAS.....	11
• CAPACITAÇÃO DOS MONITORES INDÍGENAS.....	12
• TRABALHO DE CAMPO DOS MONITORES INDÍGENAS PARA COLETA DOS DADOS.....	12
• UNIVERSO AMOSTRAL.....	13
• TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	13
• AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM.....	14
LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES.....	16
• PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MONITORAMENTO PARTICIPATIVO.....	17
• RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA FASE DO PROGRAMA REM-MT.....	18
• RECOMENDAÇÕES PARA OUTROS PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE REDD+.....	18
• CONCLUSÃO.....	19

APRESENTAÇÃO



O papel dos governos subnacionais na agenda de clima tem sido cada vez mais reconhecido. Na Amazônia, por exemplo, os estados brasileiros podem reforçar a fiscalização contra o desmatamento ou propor incentivos para a conservação das florestas.

Em Mato Grosso (Brasil), uma política inovadora posicionou o estado como um dos primeiros a oferecer um programa de recompensas por desmatamento evitado. O Programa REM MT é uma experiência de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação (REDD+) para Pioneiros (do inglês, REDD+ for Early Movers). Ele se soma aos esforços globais para mitigação de mudanças climáticas e é fruto da premiação pela redução de emissões de CO₂ originadas por desmatamento no estado de Mato Grosso.

Cerca de 25% das terras do mundo pertencem ou são administradas por Povos Indígenas. Estudos mostram que, devido aos modos de vida tradicionais, suas terras são as mais preservadas, em comparação com qualquer outro tipo de uso da terra. Estas áreas concentram aproximadamente 80% da biodiversidade terrestre. Um hectare de floresta em terras indígenas possui um estoque de carbono em média 50% superior ao encontrado em um hectare de floresta fragmentada e degradada. No Brasil, 14% do território do país está reservado aos Povos Indígenas (ONU, 2021). Áreas que estão ligadas não só aos direitos e à proteção dos povos indígenas e de suas formas de organização social, mas do próprio planeta. Em Mato Grosso, as terras indígenas representam 14.959.492 hectares, compostos por 87% de cobertura florestal (formação florestal, formação savânica e floresta alagável) (MapBiomias, 2022).

O estado só conseguirá atingir plenamente seus

objetivos ao viabilizar que os recursos cheguem aos territórios. Por isso, o REM MT dedica, obrigatoriamente, 13,5% do total dos recursos recebidos para os Povos Indígenas¹.

Tendo em vista estes dados, o REM MT é dividido em quatro subprogramas, entre os quais encontra-se o Subprograma Territórios Indígenas (STI), que tem como objetivo garantir a estrutura necessária para que os recursos do Programa REM MT integrem, articulem e fortaleçam as contribuições dos Povos Indígenas para a mitigação e a adaptação às mudanças do clima, com base em seus sistemas de conhecimento tradicional e de gestão territorial e ambiental.

Para isso, o Programa REM, em atendimento às “Salvaguardas de Cancun”, segue um sistema de salvaguardas quem tem como objetivo minimizar, mitigar e gerenciar impactos negativos provindos da sua execução. De maneira geral, uma “salvaguarda” representa um conjunto de medidas que garantem a integridade e preservação de algo. Ou seja, ela pode estar atrelada a qualquer iniciativa que impacte uma comunidade positiva ou negativamente, direta ou indiretamente. Com o objetivo de potencializar os impactos positivos e reduzir os impactos negativos relacionados ao REDD+, foram criadas, em 2010, as salvaguardas de REDD+, em Cancun (por isso, muitas vezes se referem a elas como “Salvaguardas de Cancun”). São sete diretrizes relativas à consistência dessa iniciativa com ações nacionais e internacionais – por exemplo, legislação e governança de um país, bem como o respeito pelo conhecimento e direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais e sua efetiva participação no processo de construção de uma iniciativa de REDD+.

O monitoramento das salvaguardas é fundamental

e um dos requisitos do programa para recebimento de recursos, sendo uma ferramenta imprescindível para avaliação e aprendizagem dos processos de sua implementação.

Nesse sentido, este documento busca apoiar programas semelhantes ao trazer o resumo executivo da **Estruturação do Monitoramento Participativo Indígena** na construção do sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem (MEL, do inglês Monitoring, Evaluation and Learning) do Subprograma Territórios Indígenas (STI) de Mato Grosso². Para execução do Monitoramento Participativo, a The Nature Conservancy (TNC) Brasil foi contratada pelo Programa REM, por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria (TNC - FUNBIO - REM).

Entender os impactos que o REM MT tem gerado nos territórios indígenas, sob a visão desses Povos, é um direito e uma salvaguarda fundamental, seja para os beneficiários ou para os países doadores e a política pública. Esse processo busca também construir uma metodologia que pode ser aplicada em outros estados da Amazônia, projetos e biomas, tendo como base o papel do monitoramento participativo indígena dos resultados da repartição e aplicação dos recursos financeiros oriundos dos programas públicos nacionais e internacionais. Além disso, os resultados desse processo visam apontar diretrizes para o REM MT na implementação de sua segunda fase.

A estruturação do monitoramento participativo é baseada na percepção e visão indígena sobre a implementação e impactos do Subprograma Territórios Indígenas, captada por meio dos representantes e beneficiários dos projetos locais e estruturantes selecionados e contratados pelo REM nas sete regiões da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado de Mato Grosso (FEPOIMT), processo de seleção realizado por meio das Chamadas 1 e 2/2022. O monitoramento participativo tem como destaque (e desafios) a inclusão da participação indígena nas atividades de produção de conhecimento, com a capacitação e levantamento de dados em campo executado por monitores indígenas que compõem o Plano de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL) do REM, cujo objetivo é subsidiar instâncias de Representação e Governança do STI e das instituições gestoras do REM, da TNC e outras organizações parceiras.

SAIBA MAIS SOBRE O REM MT:



1. O detalhamento da repartição de benefícios do Programa REM está disponível [nesse documento](#).

2. Com o objetivo de relatar o progresso e os resultados obtidos, o Programa REM/MT definiu um Plano de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (*Monitoring, Evaluation and Learning Plan* - MEL, na sigla em inglês), requisito do Contrato de Cooperação entre KFW, BEIS e o Governo do Mato Grosso. Este instrumento busca identificar as principais evidências de avanço, catalisando os resultados e os impactos dos esforços de implementação do programa, em relação aos objetivos descritos em sua Matriz Lógica, a partir do monitoramento de indicadores de desempenho e impactos. Para o Subprograma Territórios Indígenas foi definido um formato de monitoramento participativo no âmbito do MEL, que deverá utilizar um aplicativo de livre acesso, fácil interação e de interface amigável.

ESTRUTURAÇÃO DO MONITORAMENTO PARTICIPATIVO

O sistema de MEL do Subprograma Territórios Indígenas (STI) visa produzir informações e evidências para a construção de uma linha de base de indicadores para a avaliação dos impactos do Programa REDD Early Movers (REM) do Estado de Mato Grosso. Esse processo conta com a participação de representantes indígenas e instituições que compõem a Governança do STI (composta por representantes da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso - FEPOIMT, Takiná, e lideranças indígenas das 7 regionais do MT, Coordenação Geral REM/MT e Subprograma Territórios Indígenas, Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, Deutsche Gesellschaft Für Internationale Zusammenarbeit - GIZ, Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+, Fundo Brasileiro Para Biodiversidade - FUNBIO, IBAMA, Superintendência de Assuntos Indígenas e DSEI Cuiabá) responsáveis pela implementação de políticas públicas de enfrentamento às mudanças climáticas no Estado do Mato Grosso e seu Programa de REDD+. É a construção e implementação do Plano de MEL do STI com a participação de indígenas no processo de monitoramento, diálogo e sistematização de aprendizados.

O MEL participativo avaliou a percepção dos indígenas com relação aos impactos do REM MT em 27 projetos, implementados em 2023 com duração de um ano para sua realização, ou seja, iniciativas desenvolvidas pelos Povos e organizações indígenas e não-indígenas parceiras, com benefícios para o bem-estar das comunidades e a conservação em seus territórios. Entre os projetos estão iniciativas locais, com valores de até R\$ 200 mil e majoritariamente realizados pelas organizações indígenas de base, ou estruturantes, com valores de até R\$ 1 milhão de reais.

Para estabelecer o MEL participativo, foi imprescindível desenvolver uma metodologia baseada nas etnociências e no diálogo interétnico que viabilizasse a formação de monitores indígenas e a implementação do monitoramento em campo (nos locais onde estão sendo realizados os projetos). Sendo o papel dos monitores indígenas fazer a articulação com os coordenadores e pontos focais dos projetos, a coleta dos dados em campo junto aos beneficiários dos projetos, bem como promover o fortalecimento do diálogo com as associações e organizações indígenas acerca da implementação do STI e a valorização das percepções indígenas.

ETAPAS DO PROCESSO

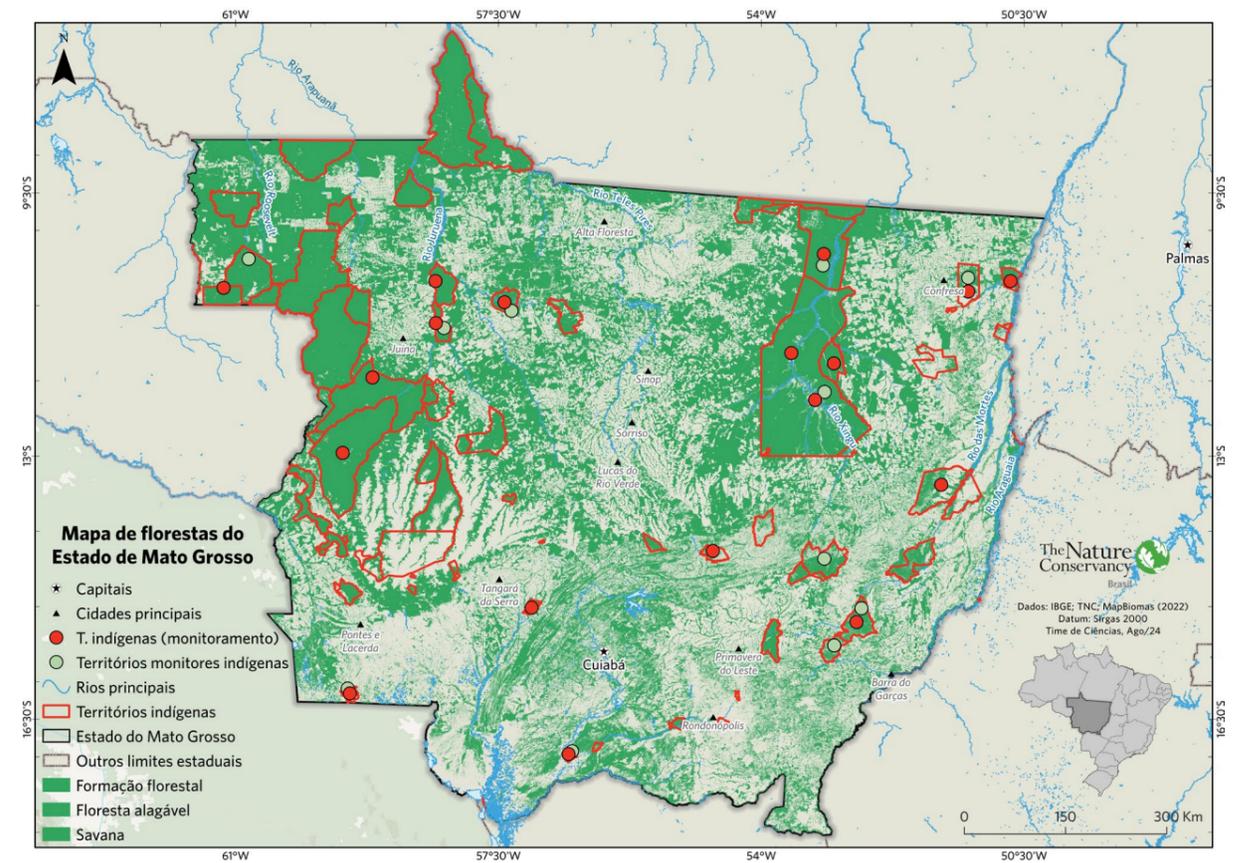
O processo de estruturação desta metodologia envolveu diversas etapas, sendo a primeira delas a definição da Matriz de Indicadores. A partir dessa matriz, foram elaborados os instrumentos de monitoramento, ou seja, os Formulários e *tablets*, que desempenharam um papel crucial nas atividades dos monitores indígenas durante suas intervenções em campo.

Após essa primeira etapa, realizou-se o Seminário de Capacitação dos monitores indígenas. Nesse momento, os monitores conheceram e aprenderam a utilizar as ferramentas de trabalho (formulários e *tablets*), assim como interagiram com os coordenadores dos projetos (indígenas e não-indígenas) e elaboraram em conjunto seus planos e roteiros de pesquisa de campo.

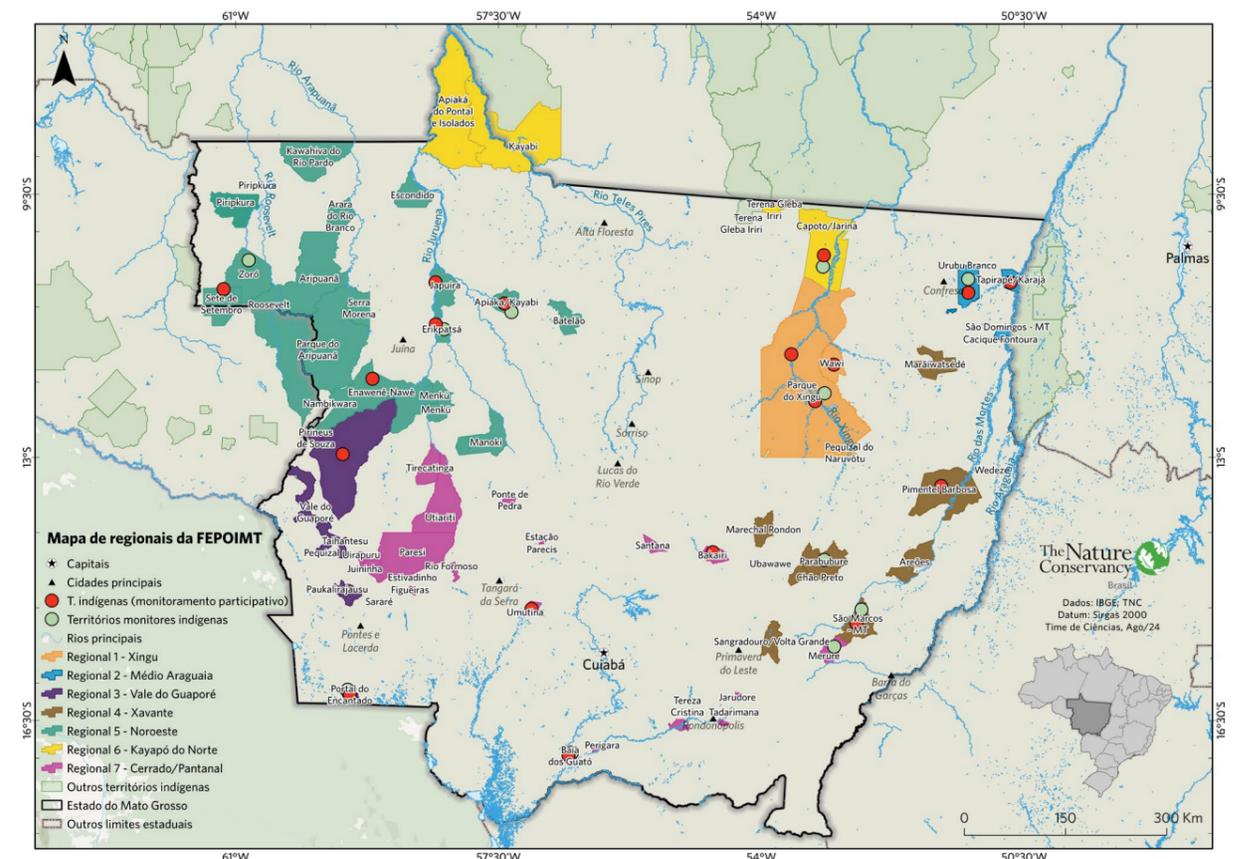
Para que executassem o monitoramento participativo, os 17 monitores indígenas foram capacitados por meio de etapas teóricas e etapas práticas, sendo elas: (i) atividades presenciais – como os seminários e coleta de dados em campo; e (ii) atividades nas aldeias e comunidades indígenas, com reuniões em grupo para trocas de experiências, esclarecimento de dúvidas e alinhamentos de próximos passos.

A última etapa do processo de estruturação do monitoramento participativo foi o Seminário de Resultados e Troca de Experiências, que contou com a participação dos representantes regionais da FEPOIMT, os Coordenadores dos projetos locais e estruturantes, os monitores indígenas, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Governança e Coordenação do STI do Programa REM/MT e a equipe da TNC Brasil.

Durante o 2º seminário, concluída a etapa de campo, foi realizada a **avaliação** do processo do monitoramento participativo, dando início ao processo e etapa de **aprendizagem** (MEL). Foi um espaço de diálogo participativo e ativo, onde foram apresentados os resultados dos dados coletados em campo, elencadas as percepções dos participantes do seminário, bem como suas avaliações, o que foi aprendido e o que pode melhorar na implementação do MEL do STI.



Mapa 1. Cobertura florestal do Estado do Mato Grosso (formação floresta, floresta alagável e savana). Os pontos em vermelho são as Terras Indígenas (TIs) que participaram do monitoramento participativo e os pontos em verde são as TIs de onde vieram os monitores indígenas. Dados: IBGE; TNC; MapBiomas (2022).



Mapa 2. As sete regionais da FEPOIMT e as Terras Indígenas do Mato Grosso. Dados: IBGE; TNC

ESTRUTURAÇÃO DO MONITORAMENTO PARTICIPATIVO



MATRIZ DE INDICADORES E FORMULÁRIOS

O levantamento e definição da Matriz de Indicadores envolveu a identificação e sistematização de indicadores extraídos das seguintes fontes institucionais ou programáticas:

- Dos indicadores do Programa REM-STI;
- De indicadores definidos pela TNC para avaliação, monitoramento e aprendizagem da sua estratégia de conservação;
- De indicadores baseados nas salvaguardas de programas de REDD+ e do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Estes indicadores foram desenvolvidos para abranger as nove Linhas Temáticas a partir das quais o Programa REM-STI se estrutura, sendo elas:

LT1- Atividades Socioculturais; LT2 - Sustentabilidade e Meio Ambiente; LT3 - Vigilância e Monitoramento dos Territórios Indígenas; LT4 - Segurança Alimentar e Nutricional; LT5 - Geração de Trabalho, Renda e Comercialização; LT6 - Gestão Territorial e Ambiental nos Territórios Indígenas; LT7 - Infraestrutura nas Aldeias; LT8 - Mulheres e Equidade de Gênero; LT9 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

A partir da consolidação da matriz de indicadores foi construído o formulário geral de monitoramento, reunindo as questões a serem respondidas pelos 27 projetos que participam

do monitoramento. Para facilitar a coleta de dados offline e a criação de formulários digitais personalizados, com recursos de análise e visualização de dados integrados, os formulários foram produzidos na plataforma de software gratuito KoboToolbox. Esta ferramenta permite que os usuários coletem, interpretem e compartilhem dados de maneira confiável e adaptável às suas necessidades específicas. Os formulários ficaram disponíveis nos tablets dos monitores indígenas, no aplicativo Kobocollect, para aplicação em campo.



SELEÇÃO DOS MONITORES INDÍGENAS



Para seleção e contratação dos monitores indígenas foi lançado edital de chamamento às vagas no site da TNC. Foram realizadas entrevistas com os candidatos com a participação da TNC, REM/SEMA e FUNAI. A fim de evitar possíveis conflitos de interesse, a FEPOIMT não participou da banca de seleção dos candidatos, reforçando a importância da sua isenção no processo de escolha. Entretanto, contribuiu ativamente nas redes sociais com a preparação e divulgação do edital.

Foram selecionados 17 monitores oriundos de 13 Terras Indígenas (TI), inseridas entre as 7 regionais da

FEPOIMT. A contratação foi realizada pela TNC na modalidade **consultoria de prestação de serviços de pessoa física**. A maioria era formada por jovens entre 21 e 35 anos (65%), sendo duas monitoras mulheres cisgênero e duas mulheres transgênero. Três monitores ficaram responsáveis pelos projetos da região Cerrado-Pantanal, 2 para Kayapó e Norte, 1 no Médio Araguaia, 4 no Noroeste, 1 no Vale do Guaporé, 2 na regional Xavante e 4 na regional Xingu. Esta distribuição seguiu a lógica da quantidade de projetos em cada regional.

Regional	Total de projetos	Distribuição dos monitores
Regional Xingu	9	4
Regional Médio Araguaia	1	1
Regional Vale do Guaporé	1	1
Regional Xavante	3	2
Regional Noroeste	7	4
Regional Norte e Kaiapó	2	2
Regional Cerrado Pantanal	4*	3

*Projeto Estruturante do Instituto i9sol: 3 regionais (Xingu- Xavante- Cerrado-Pantanal)

CAPACITAÇÃO DOS MONITORES INDÍGENAS

O plano pedagógico baseou-se na concepção da formação em serviço e de alternância (etapas teóricas e práticas), numa estrutura de aprendizado em seminários e pesquisa de campo. Os seminários tiveram o propósito de capacitação dos monitores indígenas, de forma a apreenderem sobre o MEL participativo (monitoramento, avaliação e aprendizagem) dos 27 projetos estruturantes e locais do STI. Adicionalmente, um dos principais objetivos do seminário foi pactuar com todos o processo do monitoramento a ser realizado e as ferramentas de coletas de dados e estratégias para gestão e sistematização das informações.

O 1º Seminário teve como objetivo criar um espaço de integração entre os monitores, coordenadores de projeto, Governança Indígena do STI, REM, TNC e FEPOIMT para a realização e construção das atividades do monitoramento participativo. A metodologia de execução do seminário foi criada para que o conteúdo e informações fosse ministrado de forma dinâmica e houvesse momentos de ações práticas sobre o que foi aprendido. O conteúdo foi dividido em etapas de “oficinas” para transmissão dos

conhecimentos técnicos e práticos. A facilitação foi realizada pela equipe da TNC.

Durante o evento, os participantes puderam conhecer os formulários e elencar ajustes de maneira colaborativa, o que é parte da construção do monitoramento participativo. Assim, foram listados os pontos de atenção, sugestões e incorporações que foram agregados aos formulários.

Foram utilizados materiais gráficos e mapas como ferramentas pedagógicas, assim como roteiros de campo e aplicações teste dos formulários com os coordenadores de projetos. Os monitores se habilitaram no uso do *tablet* e no aplicativo *Kobocollect*, principal ferramenta de coleta de dados em campo.

No intervalo entre a capacitação e os trabalhos de campo, os monitores indígenas receberam acompanhamento pedagógico virtual individual e em grupo. Também foram elaborados vídeos tutoriais para auxiliar os monitores no entendimento dos ajustes realizados nos formulários após o seminário.



TRABALHO DE CAMPO DOS MONITORES INDÍGENAS PARA COLETA DOS DADOS

Para a realização do trabalho em campo, os monitores indígenas desenvolveram um Plano de Trabalho com roteiro das viagens, com a descrição da logística necessária para desenvolvimento da atividade, e planejaram as atividades de campo junto aos coordenadores de projetos e/ou pontos focais, lideranças e associações.

Para execução dos trabalhos em campo a TNC

disponibilizou aos monitores indígenas recursos financeiros para alimentação, transporte e hospedagem (caso necessário), durante o processo de deslocamento.

Com o objetivo de observar as estratégias e realidades da aplicação da ferramenta (*tablet* + formulários) pelos monitores indígenas, a equipe da TNC acompanhou a realização da atividade de campo em cinco projetos nas regionais Xavante, Xingu e Noroeste.

UNIVERSO AMOSTRAL

Foram 27 projetos monitorados em campo, totalizando 30 viagens dos monitores em 17 Terras Indígenas das 7 regionais, entre os meses de outubro a dezembro de 2023. O maior número de viagens se deve ao fato de que alguns projetos tinham mais de um

monitor. O universo amostral do monitoramento participativo foram 52 entrevistas baseadas nas percepções dos entrevistados beneficiários dos projetos das chamadas 1 e 2 de 2022.



Figura. Universo amostral do monitoramento participativo do Programa REM/MT.

TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Para efetuar a análise dos dados coletados pelos monitores indígenas em campo, foi consolidada uma base de dados, a partir da qual seria possível auferir os resultados obtidos com as respostas às questões dos formulários de monitoramento. As questões foram analisadas de maneira qualitativa e quantitativa de maneira descritiva, e estão correlacionadas com o conjunto de indicadores que foram organizados na Matriz,

com objetivo de mensurar o impacto dos projetos e do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM/MT.

As análises dos dados permearam uma discussão aprofundada, tendo em vista todo o trabalho realizado, e figura como ponto nevrálgico do processo inovador da estruturação do Monitoramento Participativo colocado em execução por meio deste projeto.

AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM



Para o processo de avaliação e aprendizagem do monitoramento participativo foi realizado o 2º Seminário, sobre Resultados e Troca de experiências, que contou com a participação dos representantes regionais da FEPOIMT, os coordenadores dos projetos locais e estruturantes, os monitores indígenas, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Governança Indígena e a Coordenação do STI do Programa REM/MT e a equipe da TNC.

A metodologia baseou-se no enfoque participativo, trabalho em grupo e em plenárias dialogadas. No seminário, foram apresentados os resultados do monitoramento participativo, incluindo gráficos e infográficos.

Entre os momentos de avaliação e aprendizagem, o trabalho em grupo realizado pelos monitores indígenas, coordenadores e pontos focais dos projetos locais e estruturantes, FEPOIMT e membros da Governança Indígena divididos pelas regionais elencou aspectos importantes do que funcionou bem, o que não funcionou tão bem, o que foi aprendido e o que pode melhorar, a partir de perguntas orientadoras relativas ao processo de estruturação e implementação do monitoramento participativo. A seguir, apresentaremos os aspectos elencados por esses atores que servirão de base para uma próxima etapa do monitoramento participativo.

Com relação ao que funcionou bem o formato participativo dos Seminários e o fortalecimento cultural, por meio da realização dos projetos, além do engajamento dos monitores indígenas foram pontos de destaque, assim como o monitoramento ter sido realizado pelos indígenas que foram capacitados e selecionados pela chamada

pública.

O que não funcionou tão bem teve como pontos de atenção a linguagem do formulário, com perguntas e conceitos técnicos, que dificultou a compreensão por públicos distintos. Além disso, a questão de equidade e paridade de gênero, tanto entre os monitores quanto em relação às pessoas entrevistadas, foi um ponto identificado para ser aprimorado em edições futuras. Para elaboração do formulário, foram incluídas perguntas referentes à percepção dos impactos dos projetos, mas também outras perguntas relacionadas à gestão das terras indígenas, questões sociais dos territórios, dentre outros, o que por um lado possibilitou uma amplitude maior sobre a percepção dos entrevistados, mas por outro lado gerou alguma confusão durante o processo de entrevistas.

No que tange aos aprendizados, o planejamento estratégico das atividades realizadas para a pesquisa em campo e o manuseio da ferramenta foram pontos fortemente evidenciados na capacitação dos monitores indígenas. Ao fim do processo, ao ver o compilado dos resultados dos dados coletados em campo, os monitores puderam compreender a importância da pesquisa realizada e sua fundamentação científica.

Com relação ao que pode melhorar, a comunicação das informações sobre o monitoramento participativo por parte da Governança Indígena do REM para as regionais do MT foi um ponto de destaque. Além disso, os participantes destacaram a necessidade do retorno dos dados aos envolvidos no processo, por parte do Subprograma Territórios Indígenas.

FUNCIONOU BEM

- O formato participativo dos Seminários
- Fortalecimento cultural por meio da realização dos projetos e do engajamento dos monitores indígenas
- Comunicação entre os monitores indígenas, pontos focais do projeto e equipe da TNC
- Capacitação do uso de ferramentas antes do processo de aplicação nos territórios
- Capacitação e planejamento (tablets, formulários, campos)
- A realização do monitoramento pelos indígenas
- Os monitores serem indígenas
- Protagonismo indígena/jovem
- Processo de seleção dos monitores
- Seleção dos monitores via edital
- Escolha dos monitores
- Recepção e acolhimento das comunidades

NÃO FUNCIONOU TÃO BEM

- Amplitude do monitoramento (objetivos multifacetados)
- Reformulação dos questionários
- Pouco diálogo de alguns monitores com coordenadores
- A linguagem do questionário é um desafio
- Questionário: perguntas técnicas, atualizações frequentes durante o processo de implementação, perguntas para públicos distintos presentes no mesmo formulário
- Equidade de Gênero entre os monitores e entre os entrevistados
- Aplicação de formulários nas aldeias
- Transporte para deslocamento aos locais das entrevistas

APRENDEMOS

- Ver e analisar os resultados dos trabalhos de monitoramento
- Responsabilidade no fazer a pesquisa
- Durante o Seminário aprendemos linguagem técnica de gestão de projetos
- Manuseio da ferramenta em formato digital
- Respeitar a organização social de cada povo e aldeia
- Convivência entre povos de diferentes culturas
- Articulação (monitores indígenas tiveram que articular com os coordenadores e pontos focais dos projetos das associações e organizações indígenas e não-indígenas os trabalhos de campo e entrevistas)
- Criatividade para enfrentar os desafios e imprevistos
- Planejamento (monitores indígenas planejaram seus trabalhos de campo por meio de roteiro e planilha de gastos)
- Importância do planejamento estratégico antes da realização das atividades de campo
- Gerenciamento de recurso pelos monitores

PODE MELHORAR

Monitor conhecer o projeto que será avaliado em sua totalidade
O questionário ser enviado antecipadamente para os entrevistados
As perguntas das linhas temáticas serem feitas separadamente dos projetos
Formulários específicos para cada público
Ter mais capacitação para os monitores
Representantes da Governança Indígena do REM devem passar as informações para as Regionais
Dar o retorno dos dados para os envolvidos
Compartilhamento dos dados coletados
Equidade de Gênero entre os monitores e entre os entrevistados
A apresentação do resultado dos projetos seja feita pelos coordenadores
Realizar reuniões com todas as associações regionais com projetos aprovados
Criar um canal de plantão para casos de imprevistos em campo
Disponibilização de Internet, transporte, equipamentos EPIs durante a realização das atividades de campo

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES



©Andre Dib

O monitoramento participativo do Programa REM MT trouxe lições que podem ser relevantes para atores interessados em replicar essa experiência em outros territórios, para as políticas públicas em geral e para o próprio estado do Mato Grosso, além de aprendizados para aprimorar a metodologia utilizada. A seguir estão as conclusões direcionadas a cada um desses públicos.

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MONITORAMENTO PARTICIPATIVO

MONITORES INDÍGENAS

As percepções indígenas reveladas no monitoramento participativo apontam lições e recomendações fundamentais para aprimoramento do processo, que devem ser levadas em consideração para uma próxima fase e para aplicação de um monitoramento participativo em outros territórios e no âmbito de outros programas.

Um ponto destacado é a necessidade de formação continuada dos monitores indígenas e técnicos envolvidos no processo para aprofundamento nas questões que tangem o monitoramento participativo, como os mecanismos e estratégias para o REDD+ no Estado, o sistema de informações de salvaguardas (SISREDD) e os conceitos que abrangem as linhas temáticas do Programa REM MT. A capacitação nesses temas fortalecerá o papel dos monitores, que ao se apropriarem podem esclarecer dúvidas durante os processos de entrevistas, esclarecer melhor o contexto do questionário aos entrevistados, e também atuarem como disseminadores de conhecimento nos territórios.

Utilizar ferramentas digitais se provou uma fortaleza no que se refere à padronização do conteúdo e da consolidação dos resultados. Ao mesmo tempo, entre os monitores, existem nuances de apropriação das ferramentas (*tablet* e formulário) e desenvoltura no momento das entrevistas, considerando diferenças na familiaridade com esse tipo de ferramenta. Soma-se a essa dificuldade a tradução de conceitos provenientes da língua portuguesa para a língua materna (indígena), o que foi destacado por alguns monitores como um desafio adicional.

SOBRE A CONDUÇÃO DO PROCESSO DE ENTREVISTAS

As entrevistas observadas que obtiveram melhor desenvolvimento foram as respondidas em grupo. A interação de um grupo participando de determinada atividade propicia riqueza de informações e debates sobre os temas abordados. Nesse contexto, sugere-se a condução de entrevistas por meio de grupos focais, compostos por até quatro participantes, que incluam representantes indígenas com conhecimento dos territórios e das questões abordadas e coordenadores/pontos focais dos projetos.

Essa abordagem consorciada com a realização de oficinas regionais, garante a coletividade e aprofundamento nas respostas, além de ser estratégico para a divulgação e validação dos dados do monitoramento participativo nos territórios.

O intercâmbio entre os monitores em territórios diferentes, de outras etnias, promoveu uma rede de trocas e conhecimento de outras realidades, levando a discussões sobre a realização de projetos e formas de geração de renda nos territórios. Os coordenadores, beneficiários e representantes dos projetos enfatizaram positivamente para o fato de que, a execução dos trabalhos em campo está sendo realizada por monitores indígenas e, ressaltaram a importância da participação indígena na construção de conhecimento sobre o Programa REM. Outro ponto de destaque elencado pelos participantes do monitoramento, foi a abertura do edital de seleção dos monitores indígenas para ampla concorrência.

Com relação ao formulário, os participantes do monitoramento destacaram alguns aprimoramentos necessários, como maior clareza e distribuição das questões, que hora eram relativas ao território e hora eram relativas aos projetos. O que, segundo eles, acabou por gerar algumas dificuldades de entendimento. Adicionalmente, houve discussões ao longo do processo com relação à necessidade de articulação prévia às entrevistas entre os monitores, lideranças locais, governanças territoriais e lideranças regionais do STI, de forma que a condução do processo esteja alinhada nos diferentes níveis de governança indígena.

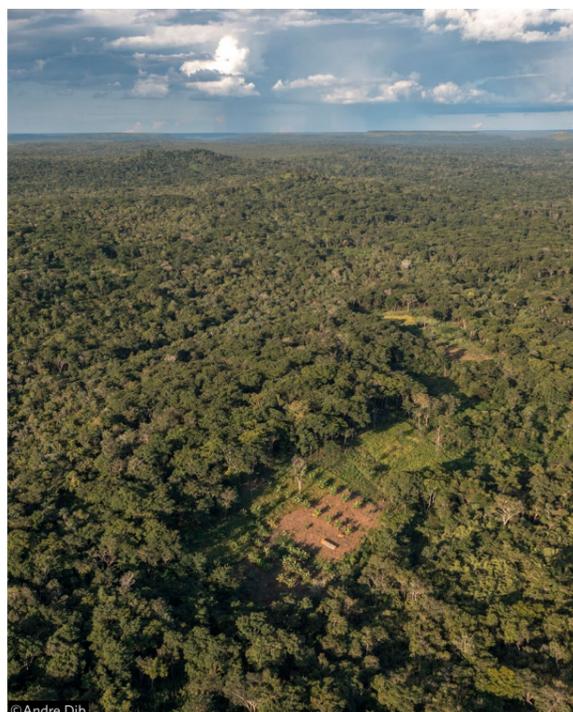
GÊNERO E EQUIDADE

Continua sendo um ponto de atenção a participação de mulheres e equidade de gênero durante todas as etapas do processo e para todos os envolvidos, como monitores, entrevistados e coordenadores. Para os jovens, destaca-se a demanda de gerar mais oportunidades para formações e intercâmbios. Os aspectos culturais referentes a gênero para cada etnia precisam ser observados e estratégias propostas para desenvolvimento das entrevistas em campo precisam considerar esses aspectos.

RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA FASE DO PROGRAMA REM-MT

Tendo em vista que esse processo visou construir uma metodologia de monitoramento participativo, as questões levantadas por representantes de organizações indígenas e as demais recomendações abordadas pelos participantes deverão ser aprimoradas para uma próxima fase do monitoramento. O envolvimento indígena ativo no processo de monitoramento é estratégico para disseminar informações junto às regionais da FEPOIMT e fomentar o diálogo tanto no âmbito das aldeias quanto no contexto da governança do STI, para que haja construção estratégica do processo de monitoramento participativo envolvendo todas as instâncias.

A divulgação dos dados do monitoramento participativo do Subprograma Territórios Indígenas (STI) junto às organizações locais e redes de comunicação das comunidades indígenas é essencial para capilarização e transparência das informações acerca dos impactos, resultados e avaliação do Programa REM/MT junto aos povos indígenas de Mato Grosso. Oportunizar capacitações aos monitores para que eles sejam agentes multiplicadores desses conceitos e informações nos seus territórios também foi uma forte recomendação durante o processo de consolidação dos resultados.



©Andre Dib

RECOMENDAÇÕES PARA OUTROS PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE REDD+

Este processo foi conduzido de forma a estruturar e pilotar um monitoramento participativo, considerando a realidade do estado do Mato Grosso e dos Povos Indígenas no estado. Ao realizar um processo de avaliação dos projetos financiados pelo STI foi possível estruturar uma metodologia que poderá ser ampliada para um processo monitoramento participativo da política de REDD+ do estado, considerando as lições aprendidas que foram acumuladas neste primeiro ano do processo. A recente publicação 1º Sumário Executivo do Cumprimento das Salvaguardas de REDD do Mato Grosso é um marco na política de clima do estado e do Brasil, e poderá ser enriquecido considerando incluir a percepção dos beneficiários no seu processo de avaliação. Os resultados das análises de indicadores do monitoramento participativo do REM MT apontam diretrizes para implementação de um processo semelhante em Programas de políticas públicas de Mitigação das Mudanças Climáticas dos estados brasileiros e da Estratégia Nacional de REDD+. Na Amazônia brasileira, onde outros territórios estão buscando fortalecer e/ou implementar os seus programas de REDD+, a condução desse processo traz indicações relevantes que podem ser consideradas, como a importância de realizar desde o início um processo de co-construção com os Povos Indígenas, tanto da criação das políticas e programas, como dos seus processos de monitoramento.

Somando-se às questões de monitoramento

especificamente das políticas de clima, ficou evidente a conexão com outras políticas estruturantes é fundamental. Neste contexto, ressaltamos as questões ligadas à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), com destaque à importância e a necessidade de apoio para sua implementação nos territórios, visto que são necessários recursos para as atividades relativas à construção e implementação dos IGATIs (instrumentos de gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas). Destacamos três importantes eixos que são fundamentais para a implementação de políticas públicas e programas de mitigação das mudanças climáticas:

- A capacitação de técnicos indígenas (agentes ambientais, agentes agroflorestais) para a implementação e monitoramento da PNGATI;
- A elaboração de ferramentas de diagnóstico e planejamento da gestão territorial e ambiental (etnomapeamentos/etnozoneamentos, planos de gestão territorial e ambiental, planos de vida);
- O reconhecimento do papel das mulheres e jovens e a garantia de sua participação efetiva na construção e implementação dos IGATIs, da PNGATI e das Políticas Públicas de Mitigação das Mudanças Climáticas.

CONCLUSÃO

O MEL participativo evidenciou a percepção dos Povos Indígenas sobre a importância do protagonismo e fortalecimento das organizações indígenas na execução dos projetos financiados pelo Programa REM MT. Este processo estruturou as bases para continuidade na fase 2 do Programa, e também traz contribuições relevantes para uma construção de um monitoramento participativo no programa de REDD+ do estado, bem como lições que podem ser consideradas para estender para o monitoramento de outras políticas públicas relacionadas à clima e gestão territorial.

Os recursos das políticas públicas de mitigação às mudanças climáticas devem aterrissar diretamente nos territórios por meio de suas organizações, ou seja, devem ser cada vez mais acessíveis para suas formas de organização social e cultural contribuindo na gestão sustentável de seus territórios. Com isso, é importante ter em mente que iniciativas estaduais de repasse de recursos financeiros para territórios indígenas devem sempre consultar o sistema de governança territorial dos povos indígenas e suas formas próprias de organização política.

Os estados da Amazônia e outras jurisdições ao redor do mundo estão em diferentes etapas da elaboração e implementação de programas de mitigação de mudanças climáticas, focadas na redução do desmatamento, semelhante ao REM - MT. O resultado do MEL feito pelos indígenas e as lições aprendidas podem contribuir para um maior envolvimento e preparação, desde o início, de indígenas no monitoramento dos programas. Além disso, as lições aprendidas deverão ser compartilhadas com a Comissão Nacional de REDD+ e o Grupo de Trabalho Técnico de Salvaguardas da Estratégia Nacional de REDD+, para aprimoramento do sistema.

Cabe ainda destacar que é necessário que os doadores, assim como as organizações governamentais implementadoras dos programas, incluam o custo do monitoramento em seus orçamentos, para além dos recursos já direcionados aos territórios pelos programas. A realização do monitoramento é uma atividade que envolve gastos logísticos e pagamentos aos monitores indígenas, que não devem ser consideradas atividades fim, mas entendidas como parte do processo de implementação e avaliação de um programa de mudanças climáticas.



©Andre Dib



The Nature
Conservancy 
Brasil